

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 6.025, DE 2005, DO SENADO FEDERAL E APENSADOS, QUE TRATAM DO “CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL” (REVOGA A LEI N.º 5.869, DE 1973).**

**PROJETO DE LEI Nº 6.025, DE 2005, E APENSADOS**

Código de Processo Civil.

**EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 271 do Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, a seguinte redação:

*“Art. 271. Na decisão que conceder ou negar a tutela antecipada, o juiz justificará, de modo claro e preciso, as razões de seu convencimento.*

*Parágrafo único. A decisão será impugnável por agravo de instrumento.”*

**JUSTIFICATIVA**

Substitui-se a alusão à “tutela de urgência e a tutela da evidência” pela alusão à “tutela antecipada”, fins de coerência entre os dispositivos que cuidam da tutela antecipada.

Ainda, substitui-se o verbo “indicará” por “justificará”, mais consentâneo à natureza da motivação das decisões no Estado Constitucional (longamente, Michele Taruffo, *La Motivazione della Sentenza Civile*. Padova: Cedam, 1975).

Sala da Comissão, em        de        de 2011.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN